

O consenso para não desaquecer o crescimento

por Pedro Cafardo

Não se conhece no Brasil uma só pessoa que sustente publicamente a necessidade de se promover uma recessão econômica como terapia para a inflação. Há, ao que tudo indica, saudável consenso nacional sobre as desastrosas consequências de uma interrupção temporária no processo de crescimento da economia num país onde a população aumenta 2,3% ao ano e mantém ainda ponderável contingente de milhões de indivíduos adultos subempregados, fora do mercado de trabalho.

Nessas condições, é diane de agravamento do processo inflacionário, maduroce a posição consensual de que é hora de encarar seriamente a tarefa de realinhar a economia no sentido de inverter ou modificar as prioridades tradicionais. Ainda que muito contestem os seus benefícios, significativa maioria advoga a tese de que se esgotou o processo de desenvolvimento experimentado pelo País nas últimas duas décadas, marcado basicamente pela captação de voimoso recursos externos para a aplicação no setor secundário da economia, interessado na produção de bens de consumo.

A agricultura,

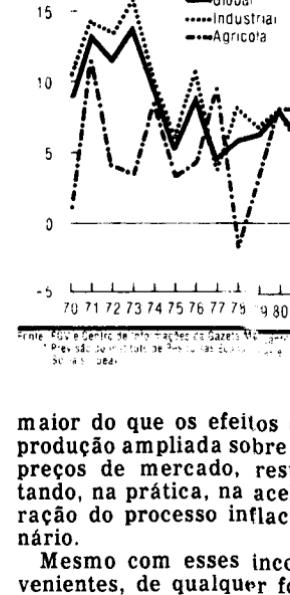
o caninho

para manter a

taxa de expansão

Quaisquer que sejam os administradores da economia, qualquer que seja o governo, prntanto, será consensualmente empurrado a direcionar os investimentos para a agricultura, que é a setor que, apesar de ter sido largamente relegado ao segundo plano. Se perderam alguns reciosos anos insistindo em velhas prioridades, o fato é que os detentores do poder já manifestaram a intenção de trabalhar nesse sentido. Os novos pólos de desenvolvimento, segundo definições claramente esboçadas desde a posse do atual governo, localizam-se no setor primário — a agricultura — na mineração, em projetos para a substituição da energia importada e em empreendimentos voltados para a produção de itens exportáveis. Fora dessas áreas, como tem manifestadoúmeras vezes o ministro Planejamento, Delfim Netto, não há salvação. Esmulando esses setores, ele pensa poder resolver ao mesmo tempo aqueles que considera os principais problemas a enfrentar: 1) manter o desenvolvimento; 2) reduzir a dependência externa, consubstanciada numa dívida que supera US\$ 5 bilhões, a maior entre todos os países; 3) fazer recuar as taxas de inflação; 4) distribuir os benefícios do crescimento.

No papel, tais enunciados parecem factíveis. Na prática, porém, a materialização desses objetivos vem expondo o governo a sucessivas e desgastantes tentativas, ora por inabilidade ora por erros, ou ainda por fatores externos, fora de controle. A prioridade agrícola, por exemplo, solenemente anunciada no discurso de posse do presidente João Figueiredo, acabou-se transformando, na opinião dos críticos, num dos principais focos da inflação de três dígitos, pela primeira vez conhecida no País, em 1980, em toda a sua história. Economistas ligados à Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, uma das mais importantes do País, e ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen, acreditam que a aceleração do processo inflacionário teve origem na forte expansão monetária verificada a partir do primeiro trimestre de 1979, consequência da adoção de políticas de controle das taxas de juros e de empréstimos à agricultura. Neste segundo caso, o objetivo governamental foi estimular a agricultura via crédito subordinado para provocar queda futura nos preços dos produtos primários, a partir do momento em que uma grande safra agrícola seja materializada. Nenhum opinião dos críticos, porém, o efeito da forte expansão monetária associada à expansão dos



maior do que os efeitos da produção ampliada sobre os preços de mercado, resultando, na prática, na aceleração do processo inflacionário.

Mesmo com esses inconvenientes, de qualquer forma, o governo parece convencido de que a ampliação da fronteira agrícola e da produção de bens primários são os melhores caminhos para manter a taxa de expansão da economia em nível suficiente para atender às necessidades de empregos, alimentação da população e geração de excedentes exportáveis. Em 1980, por exemplo, por força dos estímulos variados, o produto agrícola cresceu 8,1%, sendo que, ao lado do bom desempenho da lavoura, que apresentou crescimento de 10%, a produção pecuária ficou ainda abaixo das necessidades do País — cerca de 4%.

Nesta década, a estratégia para a ampliação da fronteira agrícola tem em conta a possibilidade da incorporação de uma extensa área do Brasil Central, de cerca de 183 milhões de hectares, que compõem a região dos cerrados. Para esta região inexplorada, de solo mais pobre, o governo

investiu e modernizou tecnologias agrícolas, de forma a produzir enormes quantidades de arroz, trigo, milho, sorgo, soja e café, além das atividades pecuárias.

As autoridades brasileiras estão firmemente convencidas de que o trigo, por exemplo, planta muito sujeita a doenças fúngicas e bacterianas, que se fortalecem no clima excessivamente úmido das regiões até agora cultivadas no País, encontrará ambiente favorável nos 8 milhões de hectares das chamadas "várzeas dos cerrados". Apesar das grandes áreas, o esquema traçado para o aproveitamento dos cerrados não inclui apenas o estímulo às médias e grandes empresas. Também as cooperativas de produtores das áreas mais desenvolvidas do País poderão operar na região com crédito oficial.

Ao lado da agricultura, pelos planos oficiais, terá apoio irrestrito a exploração das potencialidades minerais do País. Neste sentido, depois de quase um ano de intensas discussões, foi elaborado e aprovado no ano passado o Plano Decenal de Mineração, pelo qual se objetiva atingir a independência externa de matérias-primas minerais, suprindo o mercado interno e gerando, como no caso da agricultura, excedentes exportáveis. Preferencialmente, segundo o plano, competirá ao setor privado, majoritariamente nacional, organizar e explorar essas atividades de mineração, com estímulo e apoio do Estado.

Minerais entram como segunda prioridade do governo

Na área de mineração, nenhum outro projeto será mais prioritário do que o que prevê a exploração das imensas jazidas de ferro, níquel e cobre, na Serra do Carajás, no norte do País. Ao todo, durante esta década, segundo as previsões oficiais, serão de US\$ 30 bilhões, paulatinamente, com recursos internos e externos. A primeira parte do projeto, para a exploração e transporte do minério de ferro, com previsão de uma

produção de 35 milhões de toneladas a partir de 1985, teve início em outubro do ano passado, quando o Conselho de Desenvolvimento Econômico aprovou a alocação de recursos de US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 900 milhões a serem captados no mercado interno.

O segundo passo, em Carajás, será a construção, a partir de 1982, de uma usina para a concentração de minério de ferro para a produção, também em 1985, de 160 mil toneladas de cobre metálico. Em seguida, pelo cronograma do projeto, se- rá concluída a usina de Barcarena, no Pará (já em construção), para 800 mil

toneladas de alumina e 300 mil de alumínio. Outros dois

projetos de alumínio, com

início previsto para 1982, se- rão implantados em São

Luis e Carajás, para 640 mil

toneladas de metal e 2,4 mi-

lhões de toneladas de alumí-

nia. Depois disso, os passos

seguintes serão: ferro

níquel — 50 mil toneladas;

manganês — 500 mil tonela-

das; gusa — 3,5 milhões de

toneladas; concentrado de

estanho — 2 mil toneladas;

minério de ferro sinterizado

— 5 mil toneladas; ferro es-

ponja — 2,5 milhões de tone-

ladas; semi-acabados de

aço — 10 milhões de tone-

ladas; coque — 2 milhões de

toneladas; e silício metálico.

Tanto quanto na mineração, esforço de investimento necessariamente enorme será exigido do País na área da substituição de fontes exteriores de energia, basicamente o petróleo. No início da década de 70, o petróleo importado representava de

5 a 8% das exportações bra-

seireiras, taxa que aumentou

para 50% em 1980, com gas-

tos da ordem de US\$ 10 bi-

lhões. Tais dispêndios de di-

visas passaram a represen-

tar fator de desequilíbrio do

balanço de pagamentos e

acabaram tendo grande in-

fluência nos preços internos

e na eficiência da economia.

A meta é quadruplicar a oferta de energia até 1985

A médio prazo, até meados da década, segundo os planos oficiais, será possível quadruplicar a

oferta interna de energia al-

ternativa ao petróleo impor-

tado, de forma a aliviar o

balanço de pagamentos. As-

sim, estão previstas as pro-

duções de 500 mil barris/dia

de petróleo no País; 170 mil

barris equivalentes de ál-

cool e 130 mil de carvão. Pe-

lo Programa Nacional do

Álcool (Proálcool), já em

execução — cerca de meio

milhão de veículos são mo-

vidos exclusivamente a ál-

cool hidratado —, prevê-se

a produção de 10 bilhões de

litros anuais na safra

1985/86 e, possivelmente, 14

bilhões em 1986/87. Pelo

Plano Nacional do Carvão

(Procavão), a produção de

carvão aumentará dos atuais

7 milhões de toneladas para

27 milhões em 1985, com in-

vestimentos de US\$ 13 bi-

lhões. Basicamente, o carvão substituirá o

óleo combustível utilizado

pelos setores industriais.

De imediato, o realinhamento

da economia no sentido de

modificar as prioridades

tradicionais deve ser conju-

gada com a redução da taxa

anual de crescimento para

algo entre 4,5% ou 5%, com o

objetivo específico de com-

bate à inflação. Esta é, pelo

menos, a meta para 1981,

admitindo-se uma taxa

maior para a agricultura

(8%) e menor para a indús-

tria e o setor de serviços.

Empenhado nessa tarefa,

o governo deve atacar, ao

que anuciou, focos que te-

ram sido responsáveis pelo

inesperado crescimento do

Produto Interno Bruto em

1980, de 8,5%. Pretende-se

conseguir uma real desace-

leração da indústria de

transformação, que esca-

pou ao controle no ano pas-

sado, via estreitamento do

crédito e corte de importações.

Medidas já em execução. A ex-

pansão da indústria de bens

duráveis, principal fator im-

pulsor da inflação, foi con-

sequência direta da acelera-

ção da inflação e da queda

da renda das poupanças fi-

nanceiras.